

MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL



ATA N.º 09

Reunião extraordinária realizada a dezasseis de abril de dois mil e vinte e cinco

SEIXAL

- ORIGINAL -





ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL REALIZADA A 16 DE ABRIL DE 2025

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco realizou-se pelas 14.42 horas, no Auditório dos Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal, uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal.

Presidiu e dirigiu a Reunião o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Alexandre da Conceição Silva, e na mesma participaram os Senhores Vereadores, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Tânia da Gama Franco, Bruno Miguel Machado Vasconcelos e Henrique José Livreiro Viçoso Freire.

Faltaram à presente reunião, por motivos justificados, a Senhora Vereadora Maria João Varela Macau, substituída pelo Senhor Vereador Paulo Alexandre Alfama de Freitas, nos termos dos art.s 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, e a Senhora Vereadora Liliana Ângela Sequeira Cunha, substituída pelo Senhor Vereador Ricardo Manuel Branco Vieira, nos termos dos art.s 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

Secretariou a Reunião, Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim, Secretária, no uso das suas competências, designada pelo despacho n.º 1761-PCM/2021, de 09 de novembro de 2021, e, nos termos da lei aplicável.

Nos termos das disposições conjugadas dos arts.º 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, e 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vigorando com as alterações da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, as atas constituem um resumo do que de essencial se passou, contendo, no mínimo, a data, o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e o resultado das votações. O registo das intervenções resulta da minuta e do registo áudio, que constitui, sempre que as condições o permitem, um elemento auxiliar na elaboração da ata. Os seus termos não contendem com a existência ou validade dos atos administrativos e deliberações (Acórdão do tribunal Central Administrativo Norte. Processo n.º 1154/03 de 18.11.2010).

I - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Neste período foram apreciados os seguintes assuntos, constantes no Edital n.º 134/2025, e arquivados em pasta anexa à presente Ata.

1.Deliberação nº 139/2025-CMS - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024. APROVAÇÃO.

Proposta:

Presidência.

"Nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com a redação do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, e da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), com a redação do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, proponho a aprovação do Relatório de Atividades e dos Documentos de Prestação de Contas de Exercício de 2024.

Mais proponho que, nos termos e para os efeitos da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à referida Lei n.º 75/2013, e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), com a redação da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, esta proposta seja submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal.





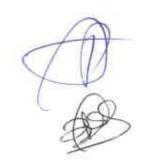
Após a sua aprovação, a Prestação de Contas do Exercício de 2024 será remetida ao Tribunal de Contas, conforme Resolução n.º 4/2024, de 23 de dezembro, daquele Tribunal.

O Proponente O Presidente da Câmara Paulo Alexandre da Conceição Silva"

Submetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com seis votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal Paulo Alexandre da Conceição Silva, e dos Senhores Vereadores, Joaquim Carlos Coelho Tavares, Bruno Filipe Ventura Santos, Paulo Alexandre Afama de Freitas, Ricardo Manuel Branco Vieira e Henrique José Livreiro Viçoso Freire, com cinco votos contra dos Senhores Vereadores Eduardo Manuel Rodrigues, Miguel Ferreira Feio, Elisabete Manuela Pereira Adrião, Tânia da Gama Franco e Bruno Miguel Machado Vasconcelos, ficando os documentos mencionados arquivados no respetivo processo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início à reunião extraordinária, cumprimentando cordialmente todos os presentes, incluindo os vereadores, os trabalhadores da Câmara Municipal e a população que estava a assistir online pelos canais informáticos. A reunião tinha como ponto único o Relatório de Atividades e as Contas do Exercício de 2024. Dado que se tratava de uma reunião extraordinária, o Presidente explicou que, conforme as normas regulamentares, não haveria o período de esclarecimento da população, nem o período de antes da ordem do dia, pelo que a reunião avançaria diretamente para o início da discussão do ponto da ordem de trabalhos. Iniciou a sua intervenção destacando o intenso trabalho da Câmara Municipal de Seixal ao longo de 2024. Um trabalho que abrangeu todas as áreas da atividade municipal, desde a execução de obras e projetos de valorização da comunidade, até o desenvolvimento de iniciativas e ações que contribuíram para o crescimento do Concelho. O ano de 2024 foi, portanto, um ano de grande dinamismo, em que a Câmara Municipal não só iniciou diversas obras de grande importância para o desenvolvimento do município, mas também concluiu várias outras, e ainda deu continuidade a projetos estratégicos para o futuro do Seixal. Sublinhou que, em termos de execução de projetos e obras, o Concelho de Seixal tem se destacado a nível nacional, sendo o município com maior execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na Área Metropolitana de Lisboa. Disse que essa realização reflete a capacidade de trabalho da Câmara Municipal em aproveitar as oportunidades oferecidas por esses programas para promover o desenvolvimento local. Além disso, foi referido que Seixal continua a ser o Concelho onde mais empresas se constituem na Península de Setúbal, o que representa uma excelente notícia para a economia local. Destacou ainda que, ao longo de 2024, foram atraídos novos projetos e investimentos para o Concelho, o que demonstra a confiança no potencial do Seixal e a eficácia das políticas municipais implementadas. Relativamente à gestão financeira da Câmara Municipal, o Presidente apresentou os números do orçamento de 2024, que teve uma dotação final de 187,2 milhões de euros. A execução da receita ficou em 91,92%, enquanto a execução da despesa foi de 88,43%. Apesar de um bom nível de execução orçamental, apontou que houve uma redução na receita proveniente de licenciamentos imobiliários, devido a mudanças na legislação urbanística que ocorreram durante o ano de 2024. Essas alterações legislativas, que se deram por duas vezes ao longo do ano, causaram uma certa desorganização no processo de licenciamento, resultando na diminuição da receita nessa área. Abordou também o desempenho do imposto municipal sobre imóveis (IMI), que, embora tenha sofrido uma ligeira redução de 5 mil euros em relação ao ano anterior, demonstrou a eficácia da proposta da Câmara Municipal de manter a receita fiscal, ao mesmo tempo que se propôs a redução do IMI. Comparativamente a 2021, o IMI registou uma descida de 1,3 milhões de euros. Contudo, destacou que, se a Câmara tivesse mantido a taxa de IMI de 2021, a receita teria sido superior em cerca de 5 milhões de euros, o que demonstra que a escolha da redução de taxas foi uma decisão ponderada e que não comprometeu a estabilidade fiscal do município. Em relação à dívida da Câmara Municipal, afirmou que houve uma redução substancial, sendo que, excluindo o empréstimo contraído para a aquisição dos edifícios dos serviços centrais e operacionais, a dívida da Câmara Municipal ficaria em 5 milhões de euros. Este valor encontra-se





incluído no plano de consolidação orçamental, que prevê que a dívida seja totalmente paga no próximo ano. Aproveitou para destacar que a Câmara tem conseguido manter um nível de endividamento controlado, permitindo-lhe assim continuar a investir no desenvolvimento do Concelho sem comprometer as finanças municipais. Outro ponto destacado, foi o crescimento das obras realizadas por administração direta. Deu nota de que neste ano, a Câmara Municipal tem apostado fortemente na execução de obras sem recorrer ao modelo de contratos de empreitada, o que tem permitido não só uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, mas também a criação de empregos e o fortalecimento da capacidade técnica dos trabalhadores da Câmara Municipal. As obras realizadas por administração direta têm permitido um melhor controle dos custos e maior qualidade na execução das obras. Sublinhou ainda que a aquisição de bens para a execução dessas obras teve um aumento considerável, o que justifica o crescimento das despesas com aquisição de materiais, mas que, por outro lado, resultou em uma maior autonomia da Câmara na execução das suas políticas. Em termos de gestão de tesouraria, destacou que a Câmara Municipal mantém uma excelente prática de pagamento, com um prazo médio de 15 dias, o que é um indicador muito positivo de boa gestão financeira e de compromisso com os fornecedores e parceiros. Além disso, o património líquido da Câmara Municipal aumentou significativamente e está prestes a atingir os 800 milhões de euros, o que demonstra a solidez financeira do município e a boa saúde das suas contas. Após essa apresentação detalhada, convidou os vereadores a inscreverem-se para a discussão do Relatório de Atividades e das Contas do Exercício de 2024. Como não houve inscrições imediatas, questionou se alguém gostaria de se inscrever para intervir. A seguir, perguntou se havia mais alguma questão ou comentário a ser feito antes de avançar para a votação das contas e do relatório, destacando que, após essa fase de discussão, se passaria à fase final da reunião. Dessa forma, a reunião prosseguiu com o objetivo de analisar e discutir em detalhe as contas e os resultados da Câmara Municipal durante o ano de 2024, a fim de garantir a transparência e a participação ativa dos vereadores nas decisões municipais. Terminou a sua intervenção agradecendo a todos pela sua colaboração e pelo trabalho conjunto em prol do Concelho do Seixal.

O Senhor Vereador Miguel Feio, iníciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal, os senhores vereadores, os historiadores presentes, os responsáveis pelos projetos em discussão e todos os cidadãos que assistiam à sessão, presencialmente ou online. A intervenção foi feita no âmbito da apresentação do Relatório de Contas de 2024 por parte do Executivo Municipal, um momento que, em qualquer autarquia, representa um exercício de transparência e de escrutínio da gestão pública. Nesse sentido, os vereadores do Partido Socialista abordaram a análise do documento com responsabilidade institucional, conscientes do compromisso com o futuro do concelho e do rigor político que lhes é exigido pelos cidadãos que representam. No entanto, segundo o mesmo, o documento agora apresentado revela, mais uma vez, um modelo de governação baseado numa cultura de poder enraizada e fechada sobre si própria. Continuaria, na sua opinião, a preferir um discurso de permanente vitimização e de confronto com o poder central, em vez de assumir, com maturidade, o papel de agente responsável pela condução estratégica do município. Adiantou que esta retórica externa deixou de convencer e já não justifica a inação do executivo para responder aos desafios reais do Seixal. A gestão municipal, na visão do Partido Socialista, tornou-se excessivamente autorreferente e distante dos munícipes. Disse existir falta abertura institucional, falta de diálogo com a oposição e com os cidadãos e, sobretudo, faltam sinais claros de uma verdadeira programação democrática e participativa. O desrespeito pelo princípio da cooperação interpartidária é evidente, quer pela escassez de informação disponibilizada aos vereadores da oposição, tantas vezes solicitada sem resposta adequada, quer pelas restrições frequentes ao exercício dos seus direitos políticos em espaços e atos públicos da autarquia. Independentemente do panorama político e da existência ou não de maioria confortável, o executivo deveria procurar consensos com todos os representantes eleitos pelo povo, assegurando a participação popular e respeitando os direitos fundamentais, bem como os deveres de informação e cooperação. Contudo, o executivo comunista tem-se revelado inacessível ao diálogo, recusando fornecer informação devida, impedindo a participação da oposição em atividades oficiais, o que constitui, na ótica do Partido Socialista, uma violação clara dos deveres de transparência e de



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 09/2025 Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 16 de abril de 2025



participação democrática na administração municipal. Este posicionamento político é considerado manifestamente antidemocrático, pois não assegura a inclusão da oposição numa gestão aberta, sendo precisamente essa inclusão uma das principais responsabilidades da democracia representativa. Salientou ainda que, após cinco décadas da mesma força política no poder, este modelo de governação tornou-se um obstáculo ao progresso. Trata-se de uma governação repetitiva, sem inovação e cada vez mais afastada da realidade das pessoas. O crescimento populacional do concelho do Seixal, defendeu, não resulta de um planeamento bem-sucedido ou de uma governação visionária, mas sim da crescente pressão do mercado imobiliário na cidade de Lisboa, que empurrou milhares de famílias para a margem sul em busca de habitação a preços mais acessíveis. Este crescimento populacional não foi, contudo, acompanhado por uma resposta autárquica eficaz e atempada. A Câmara Municipal falhou na antecipação das necessidades básicas resultantes desta transformação. O aumento demográfico não foi correspondido com investimentos estruturais na mobilidade, na saúde, na habitação e nos serviços públicos essenciais. Em vez de uma visão planeada, a autarquia tem adotado uma postura reativa, tomando medidas sempre no limite, quando já não é possível adiar. Deu nota de que hoje, cerca de dois terços da população ativa do Seixal trabalham fora do concelho, confirmando o seu papel enquanto território-dormitório da Área Metropolitana de Lisboa. Este fenómeno, na perspetiva do PS, resulta da ausência de políticas transformadoras e estruturadas. O concelho não dispõe de uma rede de transportes adequada, de um hospital à altura da sua dimensão populacional ou de um parque escolar moderno. Em vez de lidar com estes desafios com visão estratégica, a CDU tem optado por uma postura de protesto sistemático, recusando assumir responsabilidades autárquicas e falhando na definição e execução de uma estratégia coerente de desenvolvimento territorial. Considera que a situação da habitação é, um dos exemplos mais evidentes da inação do executivo. De acordo com os Censos de 2021, existem mais de 1.500 fogos devolutos no concelho, mas a resposta pública à sua reabilitação ou integração no mercado de arrendamento acessível é praticamente inexistente. Assiste-se de forma passiva à especulação imobiliária, que exclui cada vez mais jovens e famílias da possibilidade de viver com dignidade. A estratégia de retirar parcialmente famílias dos bairros degradados para as colocar em apartamentos adquiridos com verbas do Estado é considerada insuficiente, pois não responde nem às necessidades dos jovens, nem da classe média. Disse que para responder à crise habitacional no Seixal, é preciso mais do que diagnósticos repetidos. É preciso vontade política, visão estratégica e ação determinada. É urgente investir na construção pública, reabilitar o parque habitacional existente, criar incentivos eficazes ao arrendamento e fomentar parcerias com o Estado, com o setor social e com o tecido cooperativo. Mais do que isso, é necessário romper com décadas de inércia e dependência institucional. A responsabilidade de um município não pode ser constantemente empurrada para o Estado Central. Um território que, após 50 anos de governação autárquica, ainda depende exclusivamente do "pai" Estado para garantir respostas básicas, não é um território emancipado. O Seixal, comparado a um filho que chega à meia-idade sem ter conquistado autonomia, demonstra falta de maturidade política e ausência de capacidade para assumir responsabilidades estruturais. A verdadeira autonomia constrói-se com coragem, planeamento e capacidade de decisão. Também o setor do turismo, com enorme potencial económico, cultural e ambiental, tem sido profundamente negligenciado pela atual maioria. O município do Seixal, com os seus recursos ribeirinhos, património natural e legado industrial, poderia posicionar-se como uma referência no turismo cultural e ecológico da Área Metropolitana de Lisboa. No entanto, essa oportunidade tem sido sistematicamente desperdiçada. A requalificação da Fonte do Desporto continua por concretizar, a Marina do Seixal, anunciada sucessivamente em feiras e eventos, transformou-se numa miragem institucional. O Moinho de Maré de Corroios, símbolo da identidade local, esteve mais de um ano sem um simples elevador funcional. O auditório municipal reflete a ausência de uma verdadeira estratégia de dinamização cultural. Este padrão repete-se no tratamento dado ao património histórico classificado. A Galeria Romana da Quinta do Rouxinol, único monumento nacional do concelho, continua sem plano de valorização, apesar das promessas feitas pelo executivo em 2021. O Conservatório Municipal, outrora reconhecido internacionalmente, tem vindo a ser progressivamente esvaziado e desativado, o que, segundo o vereador, revela o desinvestimento na memória coletiva e na identidade do território. O acervo patrimonial existente



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 09/2025 Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 16 de abril de 2025



contínua disperso, sem tratamento ou integração na comunidade. Estes exemplos mostram que o que falta ao Seixal não é património nem potencial, mas sim vontade política e capacidade de assunção de responsabilidades. Disse que enquanto outras autarquias integram a cultura e o turismo nas suas estratégias de desenvolvimento económico, no Seixal prevalece uma governação que ignora o valor do que existe, deixando património ao abandono. Cultura e turismo não são acessórios: são estratégicos para gerar emprego, promover coesão social e afirmar o concelho, no presente e no futuro. A simples construção de equipamentos não é garantia de progresso. É essencial saber para quem, porquê e com que finalidade se constrói. Mais importante ainda é saber cuidar, manter e ativar os equipamentos existentes, tornando-os úteis e ao serviço da comunidade. Isso exige visão, estratégia e uma gestão responsável, valores que, na perspetiva do PS, têm faltado à atual governação municipal. A título de exemplo, mencionou a Associação Unidos do Arco, que desde 2017 aguarda por uma nova sede prometida durante várias campanhas, mas nunca concretizada. A Associação de Moradores dos Foros da Catrapona não tem qualquer perspetiva de contacto com o executivo. O Grupo Desportivo Físico e Cultural de Foros de Amora nunca viu o seu ringue de hóquei requalificado, nem teve direito a um novo centro cultural. O Centro Cultural e Recreativo de Paio Pires viu ameaçada a continuidade do seu espaço. A Associação de Imigrantes tem apenas uma sede digna, a de Cabo Verde, que só foi possível com apoio da Embaixada. A Casa do Benfica do Seixal, outro caso emblemático, viu os seus sócios deixarem de pagar quotas após vários atrasos e promessas não cumpridas. A ligação do Rio Judeu à Amora, uma promessa de décadas, continua a não sair do papel. Sublinhou ainda a importância de apoiar as entidades sociais e culturais do concelho, mas alertou para o modo como o executivo gere a relação com estas instituições. A benevolência institucional tem sido, por vezes, utilizada para consolidar poder, apropriando-se politicamente de feitos coletivos que pertencem às coletividades, às escolas, aos profissionais e aos cidadãos. O relatório do executivo apresenta inaugurações e obras como se fossem exclusivamente responsabilidade municipal como o pavilhão dos Comandos, o complexo desportivo da Torre da Marinha ou as novas instalações da General, quando na verdade resultam da dedicação das coletividades. O mesmo sucede no domínio social, com lares e equipamentos da área social apresentados como conquistas do executivo, quando foram resultado de longas lutas das instituições locais. Apelou também à valorização das instituições locais, respeitando a sua autonomia, reconhecendo o mérito de forma plural e garantindo uma gestão pública assente na transparência, no diálogo e no compromisso coletivo, não na instrumentalização de projetos comunitários. No plano financeiro, reconheceu que o município beneficiou de financiamentos importantes no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) da União Europeia, que representam oportunidades significativas de investimento estrutural. Contudo, isso não isenta a autarquia de reconhecer o contributo dos diferentes agentes envolvidos nos projetos. A comunicação institucional deve ser clara, honesta e partilhada, em nome dos princípios da verdade, da transparência e da colaboração. Apesar do aumento das receitas municipais – mais de 160 milhões de euros em 2024, um crescimento de 8% face ao ano anterior -, esse crescimento não se refletiu num aumento proporcional do investimento municipal. As receitas provenientes de impostos diretos, transferências do Estado e venda de bens representam mais de 73% da receita total. Ainda assim, a rubrica de investimento continua abaixo das necessidades. A despesa total foi de 165 milhões de euros, dos quais apenas 36 milhões se destinaram a despesas de capital (22%), sendo o restante absorvido por despesas correntes. O PS considera que esta baixa execução de despesas de capital demonstra incapacidade técnica e política para concretizar projetos estruturais. O elevado saldo de gerência do ano anterior confirma a ineficiência na aplicação de recursos, revelando a falta de um plano estratégico e de execução orçamental eficaz. Em conclusão, o PS defende uma visão diferente para o município, com foco no desenvolvimento económico, captação de investimento, criação de emprego, políticas fiscais favoráveis e apoio ao tecido empresarial. O concelho do Seixal, com mais de 170 mil habitantes, precisa de um modelo de desenvolvimento sustentável, orientado para a inovação e para o aproveitamento dos recursos próprios, em vez de uma governação baseada na reação, na vitimização e na dependência de fundos externos. O Seixal precisa de uma governação preparada, com visão de futuro, estratégia e capacidade de liderança para gerir a riqueza do território, atrair oportunidades e garantir um crescimento verdadeiramente sustentado.



Município do Seixal Câmara Municipal

Ata nº 09/2025 Reunião Extraordinária da Câmara Municipal do Seixal de 16 de abril de 2025



O Senhor Vereador Bruno Vasconcelos, iniciou a sua intervenção dirigindo-se ao Senhor Presidente, aos presentes e aos que acompanhavam a sessão a partir de casa. Referiu que, ao contrário do seu colega vereador Miguel Feio, não realizou uma análise tão extensa do relatório em discussão. Justificou esta decisão fazendo um parênteses, na altura da discussão do orçamento, escutou com atenção uma intervenção que durou cerca de 40 minutos, à qual o Senhor Presidente respondeu com uma intervenção de apenas 7 minutos, sem responder à maioria das questões levantadas. Perante essa situação, entendeu que não faria sentido voltar a questionar ou insistir, especialmente considerando que se iria ausentar da reunião em breve. Não quis desperdiçar novamente 40 minutos para colocar perguntas que não seriam respondidas, e salientou que isso não teria, de qualquer forma, mudado o seu sentido de voto relativamente ao orçamento e à opção política do PCP para o ano em causa. Passando à análise do Relatório de Atividades e Contas de 2024, expressou surpresa pelo facto de, na introdução do relatório, não terem sido feitas referências ideológicas como a habitual retórica sobre a NATO, Israel ou outros temas similares. Considerou positivo que esse discurso, que classificou como preso em 1989, tenha desaparecido, reconhecendo que há aspetos que evoluem, ao contrário de "algumas pedras". No entanto, não deixou de comentar que, logo na introdução feita pelo Senhor Presidente, foi apontada a maior execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) da Área Metropolitana de Lisboa como um ponto positivo. Na sua opinião, isso não abona a favor nem do Presidente, nem do PCP. Já o havia dito anteriormente, não o considera bom orador para reuniões, mas reconheceu que há um esforço em demonstrar que se está a fazer obra. Contudo, considera que essa apresentação de grandes feitos apenas revela que, durante anos, as contas não foram bem feitas e que, se não fosse pela pandemia e pelo consequente PRR, essas obras não teriam sequer acontecido. Sublinhou que o dinheiro do PRR surgiu de uma resposta europeia à pandemia e questionou como teria o município conseguido desenvolver-se sem essa verba. Sublinhou que, ao contrário de outros municípios que, ao longo dos anos, orientaram os seus orçamentos para o desenvolvimento local, no Seixal a autarquia parece ter funcionado como um centro de emprego e não como um motor de progresso municipal. Criticou a tentativa do executivo em demonstrar que as obras realizadas são fruto do seu trabalho, quando na verdade, na sua perspetiva, a esmagadora maioria do investimento é proveniente do PRR, do Estado ou de outras fontes externas. Referiu, em tom irónico, que até o valor dos terrenos é contabilizado como "investimento municipal", quando, em sua opinião, esse investimento é praticamente nulo. Deu como exemplo o centro de saúde nos Foros de Amora, onde o investimento atribuído ao município era de pouco mais de um milhão de euros, mas questionou de forma crítica onde estava, de facto, esse investimento. Sublinhou ainda que sem o PRR, o município não teria concretizado praticamente nenhuma das infraestruturas ou obras de relevo. Referiu também que há projetos-piloto e programas para 2030, mas questionou a capacidade de execução com base no orçamento municipal, que ronda os 200 milhões de euros anuais, e questionou qual foi realmente o investimento realizado durante o atual mandato. Relembrou ainda que, conforme tinha alertado aquando da discussão do orçamento, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) poderia ter sido reduzido em maior escala, tendo em conta que os impostos municipais diretos continuam a ser elevados. Criticou a contradição do executivo que, por um lado, exige mais obras, mas por outro, recusa-se a cortar receita. A seu ver, existem muitas despesas que poderiam ser reduzidas. Aproveitou para recordar que o Partido Social Democrata tem apresentado várias propostas nesse sentido, reconhecendo que cabe ao Senhor Presidente decidir não as adotar. Referiu ainda o aumento do número de inaugurações, sobretudo em período préeleitoral, o que leva a crer que o executivo assume que a população tem memória curta. Comentou de forma crítica que agora se oferecem "corpos de mosquito" para conquistar eleitores, não com base em obra feita, mas sim pelo estômago. Alertou também para a falta de manutenção dos espaços existentes, muitos dos quais estão completamente ao abandono. Na sua opinião, essa responsabilidade não deveria depender da oposição ou da necessidade constante dos cidadãos de alertarem para problemas. Deu o exemplo dos parques infantis, onde brinquedos degradados representam perigo para as crianças. Criticou ainda a prática de inaugurar novos espaços ao lado de outros abandonados, sem assegurar a manutenção dos anteriores. Disse que não ia aprofundar a lista de obras prometidas e não cumpridas, nomeadamente as "eternas promessas", apesar de as ter elencado numa declaração de voto anterior. Recordou também que o Senhor Presidente invadiu as





suas redes sociais, tendo-lhe respondido publicamente, mas sem obter qualquer resposta concreta. Apontou ainda dúvidas quanto a aspetos do próprio relatório, nomeadamente na página 139, onde aparece uma rubrica intitulada "custos não incorporáveis" no valor de quase 7 milhões de euros. Questionou o que significava essa despesa e lamentou que o gráfico onde essa informação se encontra seja confuso, não permitindo compreender claramente o peso desses custos no total dos rendimentos ou na estrutura de custos. Fez ainda uma pergunta que considera comum entre os munícipes, qual foi o custo do boletim municipal de 2024. Afirmou que tinha intenção de colocar apenas essa pergunta, mas motivado pela intervenção anterior do vereador Miguel Feio, acabou por fazer mais algumas observações. Questionou porque não se encontra no relatório esse custo de forma clara e disse não ter conseguido localizá-lo. Por fim, perguntou sobre a candidatura do Seixal a Cidade Europeia do Desporto, que parece ter desaparecido do discurso do executivo, querendo saber o que aconteceu a esse processo. Na sua última nota, referiu que a primeira intervenção do vereador Miguel Feio abordou a questão da fuga à contratação pública como uma prática do executivo para contornar o Tribunal de Contas. Concorda que essa prática tem vindo a ser utilizada por esta Câmara e sublinhou que é precisamente o Partido Social Democrata quem tem vindo a alertar para essas situações. No entanto, criticou que, apesar dessas denúncias, outras forças políticas aprovem essas práticas, sendo incoerente estar-se contra algo e, ao mesmo tempo, colaborar com o mesmo modelo. Concluiu agradecendo ao Senhor Presidente.

O Senhor Vereador Bruno Santos, começou por saudar todos os presentes e referiu que, ao longo do último ano, muito trabalho foi realizado pela Câmara Municipal do Seixal. Acrescentou que este balanço pode também ser alargado a todo o mandato, embora se tenha centrado essencialmente nas ações concretizadas ao longo do último ano. Reconheceu que o Partido Socialista tem dificuldades em identificar essas ações e decisões, ora por desconhecimento, ora por não acompanharem a execução do trabalho realizado em cada uma das áreas de intervenção da autarquia. Sublinhou que é natural que se prefira ouvir aquilo que é favorável, mas isso nem sempre corresponde à realidade. Afirmou que o trabalho desenvolvido vai muito para além da ação direta da Câmara, uma vez que muito é feito em parceria com instituições locais, associações, empresas e com a própria população. Trata-se, segundo ele, de uma construção coletiva que tem permitido ao concelho evoluir nas mais diversas áreas, o que para uns é motivo de orgulho e, para outros, é motivo de incómodo. Destacou o trabalho feito ao longo de 50 anos, muito antes de ter nascido, que permitiu transformar o Seixal no concelho que é hoje. Afirmou que, independentemente das críticas, existem resultados concretos, que se traduzem numa elevada taxa de concretização dos compromissos assumidos nas várias áreas, proporcionando melhores respostas às populações. Na área do ambiente, salientou o crescimento das zonas verdes, urbanas e naturais do concelho, com destaque para a plantação de mais de mil árvores e arbustos em espaço público, o desenvolvimento de hortas urbanas e de parques agrícolas, como o da Quinta da Princesa. Referiu também intervenções em parques urbanos, como o novo Parque de Vale Chícharos, o corredor ecológico de Vale de Milhaços, o início da requalificação do Jardim do Alto do Moinho e da área naturalizada de Monte Sião. Foram ainda mencionadas as obras em curso no centro de recolha oficial de animais de companhia, no Parque Metropolitano da Biodiversidade, no parque desportivo da Vida e no Parque Urbano das Paivas. Quanto à higiene urbana e à recolha de resíduos, criticou a opção do Partido Socialista de privatizar a recolha seletiva através da entrega a uma empresa privada, gerida pela Mota-Engil (Amarsul), o que, segundo ele, resultou numa perda de qualidade do serviço, prejuízos para o ambiente e para os trabalhadores. Em contraste, destacou que o município do Seixal continuou a investir na renovação da frota, no alargamento da recolha porta-a-porta a zonas como Quinta das Laranjeiras, Flor da Mata, Bacelos de Gaio e, mais recentemente, Quinta das Flores, beneficiando mais de 3.000 famílias. Referiu também o investimento feito no Centro Municipal de Higiene Urbana de Fernão Ferro, uma infraestrutura que o Partido Socialista desvalorizou, mas que, segundo o mesmo, tem sido essencial para encaminhar corretamente resíduos e melhorar a limpeza urbana, sem sobrecarregar o aterro sanitário. Considera que, isto demonstra a diferença entre quem opta por servir as populações diretamente e quem entrega essa responsabilidade a privados. Na área da atividade física e desportiva, salientou a existência de um Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo estruturado





e executado anualmente, com o objetivo de aumentar a oferta desportiva de forma transversal. Criticou a retirada da educação física do currículo escolar por parte do Governo do Partido Socialista, considerando-a um erro, e destacou o reforço do projeto municipal de apoio à educação física no primeiro ciclo. Afirmou que este investimento já dura há décadas e tem sido uma resposta à ineficiência do Estado central, que, apesar de muitos meios, investe pouco nas necessidades da população. Acusou o Partido Socialista de considerar as despesas com os trabalhadores municipais e com serviços públicos como despesas supérfluas, enquanto para a Câmara Municipal do Seixal são investimentos na qualidade de vida. Apontou como exemplo os programas de iniciação ao desporto, como as primeiras braçadas, as primeiras corridas, as atividades de manipulação e deslocamento, o ensino do xadrez, abrangendo mais de 6.000 crianças. Destacou ainda que o município não optou por contratar serviços externos, como maratonas organizadas por privados, preferindo envolver coletividades, escolas, forças de segurança e voluntários, o que permitiu o dobro da participação face a outros concelhos vizinhos. Referiu com orgulho a realização da Seixalíada, considerada a maior festa do desporto popular do país, com mais de 200 iniciativas e cerca de 20.000 participantes em cinco a seis semanas, através de um esforço coletivo. No que diz respeito à habitação, frisou que o problema não é exclusivo do Seixal, mas de toda a área metropolitana. Afirmou que nenhum município, nem mesmo Lisboa com mais de mil milhões de euros de orçamento, conseguiu resolver este problema sozinho. No entanto, o Seixal, segundo ele, está entre os três municípios que mais famílias conseguiram apoiar com habitação condigna, a seguir apenas a Lisboa e Porto. Enfatizou que o município do Seixal não precisa de criar empresas municipais nem de concessionar serviços para resolver os problemas, mas sim de meios financeiros. A Câmara tem conseguido demonstrar, com os seus próprios trabalhadores, a sua capacidade de resposta. Reforçou que, independentemente do partido que governe a nível nacional, a Câmara está disponível para soluções que sirvam as populações. Por fim, afirmou que os resultados estão espelhados na execução do orçamento e das contas que foram aprovadas, refletindo mais respostas nas áreas da habitação, desporto, cultura, saúde, ação social e higiene urbana. Concluiu dizendo que ainda há muito por fazer, mas que não tem dúvidas de que a política seguida pela Câmara Municipal do Seixal tem sido de concretização, compromisso e serviço público real às necessidades da população.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, agradeceu ao Senhor Presidente e saudou todos os presentes, iniciando a sua intervenção na sessão de prestação de contas do exercício de 2024. Destacou a importância do orçamento, no valor de 187 milhões de euros, mas, acima de tudo, valorizou a elevada taxa de execução, com 92% na receita e 88% na despesa, resultando num saldo orçamental de 6,6 milhões de euros. Sublinhou que este resultado representa investimento efetivo no concelho, visível na dimensão e no impacto do trabalho desenvolvido ao longo do ano. Referiu a inauguração de uma creche no Bairro e a conclusão de outra no Miratejo, mesmo ainda não tendo sido oficialmente inaugurada. Informou que foram aprovadas seis creches, graças ao trabalho da Câmara Municipal, que preparou os processos, cedeu terrenos e disponibilizou verbas para apoiar as candidaturas e os projetos. Destacou a inauguração da Escola Básica de Paio Pires e informou que três outras escolas estão atualmente em fase de concurso, em Vale de Milhaços, Pinhal de Vidal e Quinta das Lagoas. Acrescentou que, além das escolas básicas, estão também em curso projetos para jardins-de-infância, como o do Fogueteiro, já em concurso, e o de Corroios, em São Nicolau, já inaugurado. Salientou que estão ainda prestes a iniciar as obras em duas escolas básicas, a ampliação da Escola Básica da Arrentela e da escola na Quinta de Portalegre. No âmbito da cultura e da requalificação urbana, referiu a inauguração do Centro Cultural José Saramago, bem como a recuperação e modernização do edifício do antigo LULA, uma obra complexa mas em curso e já com resultados visíveis na zona histórica da Arrentela. O Centro de Desenvolvimento da Amora (CDA) no Belverde encontra-se em fase de conclusão, tal como as obras de saneamento na sexta fase dos Morgados, com uma nova rua quase finalizada. Está igualmente em curso a segunda fase do saneamento na Verdizela, executada por administração direta. Nos equipamentos sociais, referiu que os lares de idosos em Fernão Ferro e Casal do Marco estão praticamente concluídos. A Avenida Afonso Costa foi inaugurada, integrando a Loja do Cidadão e novas soluções de circulação, estacionamento e acessibilidade. Assinalou ainda o lançamento da primeira pedra do novo Centro de





Saúde da Amora, cuja construção já arrancou. Foram também abertos concursos para outras unidades de saúde. Mencionou a requalificação de espaços urbanos no Bairro 25 de Abril, recentemente inaugurada, bem como a renovação da conduta do Cavadas, uma obra tecnicamente exigente executada por meios próprios da autarquia. No desporto, destacou a construção do complexo desportivo do Pinhal do General e do pavilhão dos Redondos. Estão em curso obras nas residências da APAS e da AMPAC, e prosseguem intervenções no Mercado Municipal da Cruz de Pau, bem como nos equipamentos e sedes de clubes e associações do concelho, que beneficiaram de apoios significativos. Sublinhou que o Seixal se distingue por possuir uma das maiores redes de associações e clubes com sedes e instalações dignas, graças ao esforço financeiro da autarquia. No âmbito cultural, social e desportivo, foi dado apoio à manutenção e expansão de espaços de jogo e recreio, com várias reabilitações e novas construções em diversos bairros. Foi ainda dado apoio às associações humanitárias dos bombeiros mistos do Seixal e de Fernão Ferro. Destacou o Parque Urbano da Várzea, a reabilitação da Avenida do Pinhal da Aroeira, os percursos pedonais junto ao centro comercial da Verdizela e a construção da rotunda Bento Gonçalves em Corroios. No domínio da mobilidade e urbanismo, referiu a execução de um percurso pedonal entre a Encosta do Sol e a Quinta da Torrinha bem como a recuperação do jardim da Quinta da Escola, em colaboração com a Universidade de Évora. As obras no Parque Urbano do Seixal também estão visíveis e em fase avançada. Foram requalificadas diversas vias, como a Rua de Paio Pires, a Rua Vento de Jesus Caraça, e várias intervenções culturais e de pavimentação, através de protocolos com as juntas de freguesia. Destacou ainda a recuperação das condutas em Vale de Milhaços, a instalação da UPAC na escola da Quinta dos Franceses, a climatização dos Serviços Centrais e Operacionais da Câmara e o novo Parque dos Serviços Centrais. O Plano Municipal de Emergência foi aprovado e remetido à Assembleia Municipal. Foram instalados pontos de encontro em caso de catástrofe, num trabalho articulado com a Proteção Civil e a comunidade. Foram ainda apoiadas associações e AUGIs (Áreas Urbanas de Génese Ilegal) com pavimentações em zonas como Lobateira, Quinta da Zelândia e Pinhal do General. Foram instalados novos pontos de carregamento elétrico, construída uma portaria e melhoradas infraestruturas na Quinta da Cabouca e na Quinta da Princesa, incluindo a criação de uma nova sala para biblioteca. Foi também feita a recuperação integral da cozinha em Infante Augusto, bem como obras no Jardim de Infância de Santa Marta e a requalificação do Jardim de Infância de Vale de Milhaços, com a abertura de sete novas salas de pré-escolar. Por fim, destacou que este conjunto vasto de obras e atividades ilustra não só a resposta dada às necessidades do ano de 2024, mas também o planeamento sólido para o desenvolvimento futuro do concelho.

A Senhora Vereadora Elisabete Adrião, começou por cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os trabalhadores da autarquia e todos os que assistem à sessão, inclusive a partir de casa. Referiu que a sua intervenção teria apenas duas notas breves, na sequência do que já havia sido dito, destacando os comentários do Senhor Vereador Bruno Santos. Salientou que, embora tenham prestado atenção às observações feitas, era importante clarificar que o relatório de contas de 2024 se destina à avaliação do que foi concretamente feito nesse ano, e não a um plano de intenções ou a obras em curso para o futuro. Sublinhou que o que está em causa é uma análise do passado recente, e não daquilo que está projetado ou por concluir. Acrescentou ainda que muitas das obras referidas pelo Vereador nem sequer são de iniciativa municipal, mas sim do movimento associativo, situação já mencionada anteriormente por um trabalhador da autarquia. Considerou inadequado apresentar como feitos do município investimentos que não lhe dizem diretamente respeito. Passando à intervenção do Senhor Vereador Bruno Santos, apontou que este referiu, pelo menos 28 vezes, a sigla "PS" no seu discurso. Salientou que as críticas feitas pelo Partido Socialista não são destrutivas, mas sim construtivas e com base no reconhecimento do que está bem feito. Afirmou que, quando o PS estiver à frente da gestão autárquica, haverá certamente iniciativas em continuidade com o que de positivo tem sido realizado, pois entende que as boas práticas devem manter-se. No entanto, também há situações que devem ser apontadas, especialmente aquelas que considera mais graves. Criticou a insistência na repetição da sigla "PS" como forma de justificar falhas na execução, classificando isso como uma tentativa de transferir responsabilidades. Questionou se a gestão da Câmara é, afinal, do Partido Socialista, quando quem governa é a CDU.





Sublinhou que o que não foi feito não pode ser atribuído à oposição, e sim à responsabilidade de quem está no poder, afirmando que a repetição contínua de uma ideia não a torna verdadeira. Referiu, como exemplo, o caso do Centro Municipal de Higiene Urbana de Fernão Ferro, esclarecendo que o Partido Socialista votou a favor da sua construção, tendo apenas questionado a sua localização. Reforçou que é errado afirmar que o PS foi contra a obra, quando a crítica sempre se centrou no local escolhido para a sua instalação, e não na sua necessidade. Por fim, considerou inaceitável que se procurem inaugurar equipamentos que não estão devidamente concluídos, apenas para cumprir calendários políticos. Apontou o caso da inauguração apressada do centro municipal, cuja obra nem sequer é de 2024, destacando que na altura da cerimónia não havia eletricidade no edifício, tal como aconteceu com o cemitério de Fernão Ferro. Explicou que, embora se afirme agora que a eletrificação está a cargo da junta de freguesia, a verdade é que a documentação necessária não foi entregue em tempo útil, sendo que a chave do edifício só foi formalmente entregue duas semanas após a inauguração. Concluiu que se está a assistir à prática de inaugurar equipamentos antes de estarem reunidas as condições básicas de funcionamento.

O Senhor Vereador Bruno Santos, começou por esclarecer que, ao contrário do que foi sugerido, em momento algum procurou justificar aquilo que o município não conseguiu realizar. O seu objetivo foi precisamente destacar tudo o que o Município do Seixal conseguiu concretizar, independentemente de muitas dessas responsabilidades não pertencerem, formalmente, à esfera da administração local. Lamentou que, ao longo do tempo, tenham existido governos que se desresponsabilizaram de várias matérias e que, muitas vezes, transferiram essas competências para as autarquias. Sublinhou que, no Seixal, a Câmara Municipal assumiu essas funções e executou obras e projetos mesmo fora da sua responsabilidade direta, sendo essa a realidade que estava a ser apreciada na reunião. Deu como exemplo diversas áreas como a saúde, a habitação, a educação, o desporto e a cultura onde, face à inoperância da administração central, foi o município que tomou a iniciativa e respondeu às necessidades da população. Reforçou que não restassem dúvidas, tudo aquilo que não foi feito por opção própria é assumido sem qualquer problema, mas é importante que cada entidade assuma as suas responsabilidades e, no caso do município, essas responsabilidades foram sempre assumidas com clareza. Acrescentou que não fez qualquer afirmação que pudesse ser interpretada como tentativa de se esquivar ao que não foi realizado. Garantiu que não há, em nenhuma parte da sua intervenção, referência a falhas justificadas por impedimentos externos. Por fim, abordou a questão do Centro Municipal de Higiene Urbana, referindo que o Partido Socialista chegou a caracterizá-lo como uma "lixeira", alegando que não o queria junto às populações. Considerou essa crítica infundada e contrapôs afirmando que se trata de um excelente equipamento, com uma localização estratégica, junto à A33 e à EN378, numa área próxima do Parque Industrial, onde estão concentradas várias empresas ligadas à reciclagem e ao tratamento de resíduos. Sublinhou que a concretização deste projeto se deve não só à vontade política, mas também à competência técnica dos trabalhadores e equipas da autarquia, cujo trabalho valorizou, em contraste com outros que, segundo disse, insistem em desvalorizar o esforço desses profissionais.

O Senhor Vereador Joaquim Tavares, tomou a palavra para reafirmar a dualidade que existe em relação a determinadas questões, nomeadamente no que se refere ao Relatório de Contas de 2024. Recordou que, se o Governo da altura que assinou o protocolo em 2009 para a construção do hospital tivesse, de facto, tomado a iniciativa de desenvolver o projeto, o hospital já estaria construído há muito tempo. No entanto, salientou que tal não aconteceu, uma vez que o Governo, então liderado pelo Partido Socialista, apesar de ter oportunidade de incluir a obra nos respetivos orçamentos, nada fez, revelando que essa nunca terá sido a sua verdadeira intenção. Por contraste, referiu que a Câmara Municipal tem atualmente várias obras em curso porque fez o trabalho de base necessário, elaborou o planeamento, desenvolveu os projetos, lançou os concursos e tudo isso representa despesa efetiva no orçamento municipal. Enfrentando as críticas de que algumas dessas obras só estão agora a decorrer, disse que as obras não começam de um momento para o outro, como que por estalar de dedos. Existe um trabalho prévio significativo que é necessário realizar, e esse trabalho está refletido, com legitimidade, nas contas de 2024.





O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, agradeceu ao Senhor Presidente e iniciou a sua intervenção pedindo desculpa pelo atraso, explicando que teve uma consulta médica que se prolongou. Informou que acompanhava a reunião através das redes sociais e quis reagir a uma afirmação que ouviu, segundo a qual o Partido Socialista não teria dado grande impulso aos programas de habitação nos últimos anos. Perante tal afirmação, considerou importante lembrar cinco programas relevantes promovidos durante a governação do Partido Socialista. Em primeiro lugar, destacou o Programa Primeiro Direito, lançado em 2018 no âmbito da nova geração de políticas de habitação. Em segundo, referiu o Programa de Arrendamento Acessível, criado em 2019, que incentiva os proprietários a colocarem imóveis no mercado de arrendamento com benefícios fiscais, promovendo o acesso a habitação por parte das famílias. Em terceiro lugar, mencionou a aprovação da Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019), que considerou um marco histórico, uma vez que foi a primeira do género em Portugal. Embora o processo legislativo tenha passado pelo Parlamento, reconheceu que o Ministro da altura teve um papel determinante no seu enquadramento estratégico e na sua aplicação. Em quarto lugar, aludiu à componente de habitação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), também estruturada e negociada durante a governação socialista. E, por fim, mencionou o reforço do programa Porta 65, destinado ao apoio ao arrendamento jovem, criado em 2007, mas que foi alvo de reforços orçamentais e de maior flexibilidade nos critérios de acesso durante os mandatos do Partido Socialista. Afirmou, assim, que não é factual dizer-se que nada foi feito nesta matéria durante a governação socialista. Sublinhou que alguns desses programas são, inclusive, complementares da intervenção das autarquias como o Município do Seixal bem sabe dando como exemplo concreto a intervenção recente no bairro de Vale de Chícharos e, eventualmente, no futuro, no bairro de Santo Amaro. Concluiu referindo que, nesta matéria, a governação socialista esteve efetivamente comprometida e ativa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por afirmar que, no relatório de contas, não há qualquer discurso de vitimização. A Câmara Municipal do Seixal tem um discurso de trabalho, de ação. Como costuma dizer, o Seixal está sempre do lado da solução, nunca do lado do problema. Está sempre disponível para trabalhar e encontrar soluções foi assim com a habitação, apesar de ser uma competência do poder central, e também com o hospital, onde a Câmara assinou um acordo estratégico com o Governo do Partido Socialista, que não foi cumprido. Passados 16 anos da assinatura desse acordo, a Câmara contínua disponível, mesmo tendo assumido despesas importantes para a concretização da obra. Referiu também o caso da divisão da PSP no concelho do Seixal, para a qual a Câmara assinou igualmente um acordo com o Governo, sem que este tenha cumprido. A posição da Câmara mantém-se, do lado da solução. No entanto, frisou que é preciso que o poder central também cumpra com as suas obrigações, tal como o poder local cumpre as suas. Deu como exemplo o município vizinho de Almada, onde a Câmara Municipal, gerida pelo Partido Socialista, entende que determinada responsabilidade não é sua, exigindo que a entidade competente a assuma. No Seixal faz-se o mesmo, não é vitimização, é responsabilização. Aquilo que é responsabilidade da Câmara, é feito. Aquilo que é responsabilidade do poder central, é exigido. Lembrou que os impostos pagos pelos munícipes se dividem entre o poder central e o poder local, com cerca de 85% a ir para o Estado e apenas 15% a ficar no município. Sublinhou que a Câmara do Seixal é porta-voz da sua população. Quando se exige que o Governo construa o hospital, não se está a pedir um favor: está-se a exigir que cumpra a sua responsabilidade. Acrescentou que quem constrói este concelho são os seus cidadãos e que a Câmara está ao seu lado. Referiu ainda que a gestão da Câmara é participada, com diálogo constante com a população. Nenhuma grande (ou pequena) obra foi lançada sem primeiro ouvir os cidadãos, como acontece nos Fóruns Seixal, onde os projetos são apresentados à população, as sugestões recolhidas e incorporadas. Frisou que o concelho é fruto de um trabalho coletivo, em parceria com o movimento associativo, que nunca assume um papel secundário. As responsabilidades estão contratualizadas e partilhadas de forma equitativa. Quando uma obra está concluída, é uma conquista comum. Sobre as críticas feitas pelo Partido Socialista, considerou que foram levantadas "meia dúzia" de problemas. No caso da Associação Cabo-Verdiana, esclareceu que a sede foi cedida pela Câmara Municipal e que o Governo de Cabo Verde participou com um apoio de 12.500 euros para a substituição do telhado um

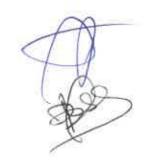




contributo dentro da sua política de apoio às comunidades emigrantes. A maior parte do investimento é da responsabilidade da autarquia. Quanto à Associação Benfiquista, confirmou que está em curso a análise de um pedido de ampliação das instalações. Recusar que a Câmara seja um bloqueio ao progresso económico considerou "cómico". Sublinhou que o Seixal é dos concelhos da Península de Setúbal onde mais investimento é atraído, com uma forte capacidade de utilização dos fundos do PRR, ao contrário do que acusa o PSD. A Câmara recorre a todos os instrumentos financeiros que beneficiem o concelho. Enalteceu a capacidade do município em criar emprego de forma consistente e estruturada, mesmo em contextos adversos. Reforçou que a Câmara lançou o repto às instituições para as candidaturas no âmbito das creches do PRR, como as do Pinhal do General, Torre da Marinha, Pinhal Frades, Pinhal Conde da Cunha e Paio Pires. Explicou ainda que, quando se cede património municipal, há naturalmente um impacto contabilístico que deve ser refletido nas contas, por uma questão de transparência. Destacou três projetos inovadores no atual mandato, o "Ventos do Seixal", o "Seixal Criativo" e o "Seixal Motard". Afirmou que o Seixal Criativo é um projeto único a nível nacional, que foi inicialmente criticado, mas que acabou por ser elogiado, inclusive por autarcas da oposição. No caso do "Seixal Motard", salientou que foi o primeiro grande evento motard da Área Metropolitana de Lisboa e que já está a ser replicado noutros concelhos, como Loures e Montijo. Apontou ainda que o Seixal tem a maior taxa de execução do PRR entre os 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com 48,8%, muito acima da média de 26,9%. Este facto demonstra a capacidade de trabalho e gestão da autarquia. Por fim, rejeitou a ideia de que o crescimento populacional do concelho se deva apenas à expulsão de pessoas de Lisboa. Se assim fosse, questionou por que razão outros concelhos socialistas da margem sul não crescem ao mesmo ritmo. O Seixal, segundo afirmou, tem qualidade de vida, oferta cultural e desportiva, espaços públicos de qualidade e capacidade de gestão do tempo e qualidade, essa que, concluiu, permite responder em cinco minutos a intervenções de 40 minutos.

O Senhor Vereador Miguel Feio, agradeceu ao Senhor Presidente e afirmou tê-lo ouvido com muita atenção. Considerou que o Presidente faz um esforço interessante para camuflar determinadas questões, apresentando uma visão mais romanceada do seu trabalho ao longo dos últimos anos. Criticou a ausência de uma autoavaliação ou introspeção, considerando que fica bem a qualquer pessoa reconhecer o que correu menos bem. Considerou que a intervenção do Presidente reflete a ideia de que tudo foi bem feito, o que considera irrealista. Acredita que qualquer vereador, se fizer uma avaliação séria, encontrará áreas de melhoria, mas lamenta que o Presidente não tenha essa virtude, algo que atribui à falta de trabalho conjunto com outras forças políticas. Apontou ainda que o Presidente se limita ao seu espectro político, sem capacidade ou vontade de dialogar com outras perspetivas. Relativamente ao projeto "Ventos do Seixal", Miguel Feio recordou que este foi debatido e que, na altura, levantou questões sobre o proponente não residir no concelho. Apesar disso, garantiu que viu o projeto e reconhece o seu grande valor, tendo-o dito publicamente. Criticou novamente o Presidente por tentar, segundo ele, diminuir o papel da oposição e aproveitou para sublinhar que, muitas vezes, os vereadores da oposição não têm acesso à informação necessária para uma avaliação completa, o que inclui comunicação, enquadramento legal e parcerias. Considera que o Presidente aproveita essas limitações para desvalorizar o papel da oposição, sem lisura ou consideração institucional, o que considera revelador de uma liderança fraca. Sobre o "Seixal Criativo", reforçou que ninguém estava contra o projeto, mas sim contra o facto de, segundo ele, ter sido criada uma associação apenas uma semana antes para receber um apoio significativo, sem explicações adequadas. Considera que esta omissão é grave, principalmente por parte de quem lidera a Câmara. Afirmou que o seu pedido para falar com os proponentes visava apenas conhecer melhor o projeto, uma vez que o Presidente, na sua opinião, não o soube explicar adequadamente. Considerou que alguém mais ligado à educação poderia ter apresentado o projeto de forma mais clara. As suas observações, frisou, foram contributos e não críticas destrutivas, defendendo que o projeto poderia beneficiar de maior ligação ao ecossistema universitário e de parcerias educativas. Reiterou que considera o projeto bom e acredita que, com o Partido Socialista, teria germinado de outra forma, pois o atual executivo, segundo ele, não aporta visão ao projeto. Considera que é possível fazer muito mais. Disse já ter tido ocasião de explicar isso ao Dr. António e ao Professor





Cameron, assegurando-lhes que, com o PS, o projeto ganharia outra dimensão. Acrescentou que não rejeitam projetos válidos e que querem garantir a sua continuidade, com a promessa de inovação e melhoria, algo que, na sua perspetiva, o atual executivo não tem conseguido fazer. Sobre o Festival Motard, rejeitou a ideia de oposição ao evento e acusou o Presidente de se apropriar politicamente do festival, ignorando que se trata de uma iniciativa dos grupos motards. A sua crítica, afirmou, dirigia-se à tentativa de exclusão de alguns grupos. Considera que qualquer pessoa no lugar do Presidente teria o cuidado de garantir a previsibilidade e a integração de todos os grupos de forma equitativa, algo que o atual Presidente não tem feito, demonstrando falta de lisura. Relativamente ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), reconheceu a importância dos fundos e a evolução na sua execução. Contudo, criticou o facto de o executivo depender excessivamente desses apoios, ao mesmo tempo que critica os contextos nacionais. Apontou a incoerência de um partido como a CDU, que nunca será governo nacional, culpar sistematicamente a União Europeia por eventuais falhas. Defendeu que a CDU apenas governa autarquias e que o número dessas tem vindo a diminuir, o que reflete um modelo de governação esgotado. Afirmou que o executivo vive da criação de inimigos externos, com manifestações e caminhadas em vez de soluções, e que, após 50 anos de governação, o modelo cristalizado já deu o que tinha a dar. Apontou que o território do Seixal cresceu 13,6% desde 2000 e que tal crescimento exige planeamento em áreas como habitação, escolas, mobilidade e saúde. Criticou a falta de uma estratégia clara por parte do executivo e a ausência de respostas estruturadas para os desafios territoriais. Reforçou que a maioria da população ativa trabalha fora do concelho, o que demonstra falhas graves ao nível do emprego qualificado. Acusou o Presidente de não requalificar infraestruturas e de não cumprir promessas, dando como exemplo o centro de olaria romana e a exposição sobre o 25 de Abril. Considera que o Presidente responde com justificações e protestos, evitando o debate de propostas. Destacou que a oposição quer participar, mas não é chamada a discutir, sendo sistematicamente ignorada. Criticou comparações feitas pelo Presidente com concelhos incomparáveis em termos de localização e dimensão, como Sesimbra ou Moita, considerando esse tipo de argumento desonesto. Por fim, afirmou que se o executivo, em vez de reagir com irritação, refletisse sobre as críticas construtivas e procurasse corrigir erros, todos estariam a contribuir para um ambiente político mais maduro e transparente. Reforçou que as suas críticas não são pessoais nem desvalorizam o trabalho dos técnicos e trabalhadores da autarquia. O seu objetivo, disse, é exercer o dever de escrutínio democrático em nome dos milhares de seixalenses que representa. Terminou a sua intervenção com respeito institucional, mas também com firmeza, reiterando que o concelho exige resultados, e que esses continuam aquém do que os seixalenses merecem.

O Senhor Vereador Bruno Santos, iniciou sua intervenção com algumas considerações sobre a questão das condições habitacionais no município do Seixal. Fez referência ao relatório da MEL (Mobilidade, Energia e Localização), que forneceu um diagnóstico detalhado sobre a disponibilidade de alojamentos no município, e a partir deste diagnóstico, argumentou que, ao contrário do que foi dito por outros vereadores, o Seixal apresenta uma realidade habitacional que merece ser discutida com base em dados concretos. Segundo o mesmo, entre os municípios da região, o Seixal e Sesimbra são os que apresentam menor número de alojamentos clássicos vagos, o que indica uma escassez de oferta habitacional. No entanto, destacou que, mesmo com essa menor disponibilidade de alojamentos, o município do Seixal tem-se destacado pela sua capacidade de execução de projetos habitacionais. Exemplificou esse ponto ao afirmar que, enquanto o município de Álmada conseguiu construir 400 novos alojamentos nos últimos 10 anos, o Seixal conseguiu, no mesmo período, aumentar sua capacidade habitacional em mais de 3.000 novos alojamentos clássicos, um aumento substancial. Adiantou que esses números demonstram que o Seixal tem uma grande capacidade de planeamento e execução de projetos habitacionais, além de ter um bom trabalho sendo feito por suas equipes técnicas. A seguir, abordou o ponto crítico de que, apesar do Seixal ter um número menor de alojamentos novos em comparação com outros municípios, o município tem feito esforços contínuos para recuperar o património devoluto, ou seja, prédios e imóveis que não estão sendo utilizados, para serem aproveitados para a construção de novas habitações. Mencionou que esse trabalho é uma prioridade da Câmara Municipal e que tanto o governo anterior quanto o





atual foram desafiados a colaborar para garantir que os imóveis devolutos sejam recuperados e utilizados para o aumento da oferta habitacional. Também fez um ponto importante sobre o uso de retórica, que, em sua visão, muitas vezes é utilizado de maneira equivocada para criticar as ações da Câmara Municipal. Deixou claro que as críticas que o Partido Socialista (PS) faz não são destrutivas, mas sim construtivas, voltadas para melhorar a qualidade das políticas públicas no município. Enfatizou que as críticas não devem ser baseadas em suposições ou interpretações erradas dos factos, mas sim em dados concretos e nas ações reais que estão sendo tomadas pela autarquia. Concluiu a sua intervenção abordando a questão da percentagem de alojamentos vagos no município. Salientou que, a realidade é que o Seixal possui 8% de alojamentos vagos, o que, na sua visão, refuta algumas informações que haviam sido mencionadas por outros vereadores, os quais, de acordo com ele, estavam incorretas e não correspondiam à realidade dos dados disponíveis. Em resposta a essas informações erradas, fez questão de esclarecer que os dados apresentados pelo município são fidedignos e que a Câmara Municipal está a trabalhar de forma ativa para melhorar a situação habitacional na região, com um foco claro em aumentar a oferta de habitação e promover a recuperação de património. Julga que a sua intervenção foi uma tentativa de reverter algumas críticas feitas aos dados apresentados anteriormente e de destacar os esforços da Câmara Municipal do Seixal em melhorar as condições habitacionais e promover um desenvolvimento urbano sustentável, baseado em um planeamento eficaz e na recuperação de imóveis existentes. Também se posicionou contra a manipulação de informações e referiu que os factos devem ser a base de qualquer discussão construtiva sobre as políticas municipais.

O Senhor Vereador Bruno Vasconcelos, iniciou a sua intervenção de forma contundente, dirigindose diretamente ao Senhor Presidente e aos outros vereadores presentes, destacando a incoerência nas intervenções que ouviu durante a sessão. Começou por referir que, desde 2015, o Partido Comunista nunca criticou o Partido Socialista no Governo, e questionou como é possível criticar o PS agora, quando, ao longo desses anos, o Partido Comunista sempre aprovou orçamentos sem levantar questões. Disse que, essa crítica ao PS parecia mais uma "comédia", evidenciando uma falta de coerência. De seguida, mencionou uma entrevista que havia dado recentemente, onde, embora tenha reconhecido que o executivo realiza algumas boas ações, também destacou que isso não deveria ser confundido com um elogio geral ao governo. Utilizou a metáfora do "relógio avariado", para ilustrar que, mesmo quando algo está errado, pode acertar "duas vezes ao dia", mas que isso não justifica uma falta de consistência nas ações ao longo do tempo. Também criticou a utilização do OPRR (Operação de Recuperação de Recursos Regionais) pelo Partido Socialista, afirmando que o problema não era o uso dessa ferramenta, mas sim a forma como a Câmara a apresentava, como se fosse um grande feito. Considera que o problema estava em apresentar as obras como uma invenção exclusiva da autarquia, sem mencionar que estas foram apoiadas por recursos externos, como o OPRR. Afirmou ainda que, se a Câmara tivesse feito as obras necessárias no passado, não precisaria agora de recorrer a parcerías externas. Julga que, o executivo estava a tentar criar uma imagem falsa de sucesso ao destacar essas iniciativas. Fez uma referência ao programa "Seixal Criativo", que foi criticado por ter ideias semelhantes às do programa do PSD para 2021. Leu um trecho desse programa do PSD, que incluía a criação de condições para parcerias em áreas como robótica, inteligência artificial e inovação, apontando que essas ideias estavam a ser aplicadas no município, mas sem reconhecimento da sua origem. Segundo o mesmo, o Partido Socialista estava a apropriar-se dessas propostas do PSD sem dar o devido crédito, o que considerou uma atitude desonesta. Mencionou também que várias outras propostas do PSD, como bolsas de estudo, horários alargados nas bibliotecas, parques caninos, ciclovias e centros de saúde, tinham sido rejeitadas pela Câmara Municipal quando foram apresentadas, mas acabaram por ser implementadas mais tarde, sem que o Partido Socialista reconhecesse a sua origem. Também abordou a questão do realojamento em Santa Marta, questionando se o pagamento das prestações do realojamento estava em dia, uma vez que a Câmara estava a pagar por esse realojamento, mas ele queria saber se as pessoas estavam realmente a beneficiar dessa medida. Esse comentário fez parte de uma crítica mais ampla à gestão das obras e à utilização de recursos públicos para a construção e manutenção de habitação social, questionando a eficácia das ações do município. Outro ponto importante foi a

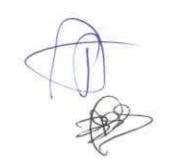




questão da candidatura à Cidade Europeia, disse que, foi amplamente anunciada, mas ainda não se concretizou. Perguntou diretamente ao Senhor Presidente sobre o estado dessa candidatura, acusando a autarquia de não cumprir os compromissos assumidos. Em relação à situação financeira, mencionou que 53% do passivo da Câmara Municipal correspondia a empréstimos, e expressou preocupação com a forma como o município estava a acumular dívidas, sem apresentar soluções claras para resolver esse problema. Destacou ainda que o município estava a pagar esses empréstimos, mas sem uma estratégia eficaz para enfrentar a situação financeira. No final, questionou os custos não incorporáveis de 7 milhões de euros mencionados no relatório de contas de 2024, pedindo esclarecimentos sobre o que estavam a cobrir esses custos. Também questionou a falta de transparência em relação às despesas do município, e fez um apelo para que a Assembleia Municipal fosse utilizada de forma mais séria e focada, sem recorrer a discursos de ataque político ou a campanhas eleitorais, mas sim para discutir de forma construtiva os assuntos administrativos e técnicos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, a sua intervenção reflete uma forte defesa da sua gestão e uma série de explicações detalhadas sobre a sua visão política, assim como as críticas feitas pela oposição, especialmente pelo Partido Socialista (PS). Começa por responder a uma crítica do PS sobre o seu "falta de pedigree", uma expressão usada para questionar a sua origem humilde e a sua ascensão ao cargo de Presidente da Câmara. Não hesita em afirmar que é precisamente essa humildade que lhe dá orgulho, e sublinha que o seu percurso, baseado na valorização da escola pública e na sua trajetória profissional como filho de um pedreiro e de uma vendedora, é a prova do seu mérito e competência considera que essa crítica mostra um preconceito e uma visão elitista, que subestima a capacidade das pessoas vindas de origens humildes para liderar. Continua a referir a crítica do PS, afirmando que a sua gestão, ao contrário da do Partido Socialista, não se limita a negar ou ignorar erros. Destaca que a CDU fez uma introspeção logo no início do seu mandato, refletindo sobre o que foi feito de bom e o que poderia ser melhorado. Ao mesmo tempo, reconhece que nem tudo foi perfeito, mas defende que, na esmagadora maioria, as ações e projetos desenvolvidos durante o mandato foram bem-sucedidos, algo que a população reconhece. Reitera que, apesar de haver áreas que necessitam de mais atenção, a sua candidatura à reeleição é motivada pelo desejo de continuar a transformação positiva do concelho. Afirma que a sua recandidatura ao cargo de Presidente da Câmara não é um simples ato egoísta, mas uma necessidade para garantir a continuidade do trabalho de transformação que está a ser feito no Seixal. Explica que o projeto político da CDU é um esforço coletivo, que envolve não apenas os eleitos, mas também os trabalhadores da Câmara Municipal e, crucialmente, a colaboração ativa da população. A sua visão para o futuro passa pela continuidade de um modelo de desenvolvimento sustentável e inovador, que vai além das ideologias partidárias, focando-se na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar da população. Outro ponto de grande relevância abordado foi o projeto "Seixal Criativo", que, segundo o mesmo, foi alvo de críticas por parte da oposição, particularmente pelo Partido Socialista, devido ao envolvimento de personalidades com uma ligação à CDU, como o Professor António Saiote. Defende que esse tipo de críticas ideológicas são desnecessárias, já que o que importa é o valor das pessoas envolvidas e a qualidade do projeto. Destacou ainda que o projeto foi amplamente explicado, e que, quando a associação responsável pela sua execução foi formada, já havia parcerias estabelecidas com os envolvidos, como António Câmara e Armindo Nobre. A crítica do PS, que apontava para o facto de a associação ter sido criada apenas uma semana antes do lançamento do projeto, é considerada pelo Presidente como um argumento frágil, sem base sólida para invalidar a qualidade da proposta. No âmbito da gestão financeira e da execução dos fundos comunitários, defendeu que a Câmara Municipal tem sido muito eficaz na execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Afirmou que, embora o PS criticasse o número de projetos submetidos pelo concelho, a verdade é que o Seixal é um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa com maior taxa de execução desses fundos. Disse que o importante não é apenas submeter projetos, mas sim garantir que os projetos aprovados sejam eficazes e bem executados, o que tem sido uma prioridade do seu governo. Destacou ainda a capacidade do município em avançar com projetos na área de equipamentos sociais, como centros de saúde e escolas, através de um financiamento inteligente e





eficaz, que permite cobrir a parte não elegível dos projetos, algo que muitas outras câmaras não conseguiram fazer. Também abordou o tema da aquisição de imóveis ao Novo Banco, uma estratégia utilizada pela Câmara Municipal para evitar a especulação imobiliária e garantir que as casas adquiridas fossem disponibilizadas à população do Seixal. Segundo o mesmo, a Câmara exerceu o direito de preferência para impedir que esses imóveis fossem vendidos a fundos imobiliários a preços baixos, que depois os revendiam a preços muito mais elevados. Com essa atitude, a Câmara conseguiu assegurar a habitação para os cidadãos, ao mesmo tempo que evitava que os imóveis caíssem nas mãos de grandes investidores, o que poderia agravar a crise habitacional. A Câmara Municipal do Seixal também tem investido em equipamentos sociais, com destaque para a construção de novas creches. Afirmou que a Câmara foi a única na Área Metropolitana de Lisboa a garantir o apoio financeiro necessário para as suas instituições sociais, disponibilizando terrenos e recursos próprios para garantir que as obras pudessem avançar, mesmo que a comparticipação do PRR fosse insuficiente. A sua visão para o futuro da educação e da infância inclui a criação de mais espaços para as crianças, com a construção de novas creches que garantam vagas suficientes para a população em crescimento, sublinhando que a Câmara Municipal tem assumido o compromisso de melhorar os serviços públicos e de apoiar as famílias. Em relação às críticas feitas pela oposição sobre a gestão financeira da Câmara, o Presidente reitera que o custo da dívida do município representa cerca de 6% do orçamento, um valor relativamente baixo, comparado com os custos da dívida de muitos outros municípios e até do próprio Estado. Refere que a Câmara tem demonstrado uma boa capacidade de gestão financeira, o que lhe permite continuar a investir em infraestruturas e serviços essenciais para a população. Por fim, aborda a questão da ligação geográfica entre Lisboa e a Margem Sul, em particular a proximidade do Seixal em relação à capital. Segundo ele, a população do Seixal está mais perto de Lisboa do que outros concelhos da Margem Sul, como o Montijo ou o Barreiro, o que torna a região uma opção atrativa para aqueles que procuram qualidade de vida, mas não querem viver demasiado afastados de Lisboa. Destacou que a principal preocupação das pessoas ao procurarem casa é o preço e a acessibilidade, e que é essencial garantir que as opções de habitação na área sejam acessíveis à maioria da população. Em resumo, o seu discurso é uma defesa contundente da sua gestão, das suas políticas e da sua visão para o futuro do Seixal. Responde às críticas da oposição de forma detalhada e argumentativa, enfatizando a importância da continuidade do trabalho que tem vindo a ser realizado, especialmente nas áreas da habitação, da educação, da saúde e da execução de projetos com fundos europeus.

O Senhor Vereador Miguel Feio, a sua intervenção reflete uma crítica direta à gestão do Senhor Presidente da Câmara, abordando questões de comportamento, transparência e planeamento das políticas públicas. Começa com uma observação sobre a postura do Presidente, que, ao contrário de outros, tem uma abordagem educada, mas ao mesmo tempo vê uma certa irritação quando é confrontado com críticas refere-se a uma frase mencionada anteriormente, sobre a questão do "pedigree", defendendo que não foi uma crítica pessoal, mas sim uma questão política. Faz uma comparação entre a gestão do PS e o trabalho em equipa, destacando a importância de um diálogo construtivo, mesmo com discordâncias, também questiona a forma como o Presidente tem lidado com críticas e reações da oposição, sugerindo que a vitimização não é a melhor postura. Sobre as questões de acessibilidade, critica a falta de uma abordagem integrada no que se refere às soluções de transporte, mencionando um caso relacionado à Moita, e sugerindo que o Presidente não percebeu o que estava em jogo na discussão. Também levantou questões sobre a opção de compra de imóveis, questionando quantas foram feitas pela Câmara, e pedindo uma explicação mais detalhada, já que o número específico de aquisições não foi mencionado. A crítica sobre a gestão do espaço para as crianças de 34 meses também foi levantada, destacando a falta de planeamento que resultou em problemas na gestão de espaços para as crianças. Considerou que a resposta da Câmara foi reativa, e sugere que a falta de um plano antecipado foi um erro. Além disso, destacou que, apesar dos apoios comunitários e do governo, o que realmente falta é criatividade e inovação para encontrar novas formas de planeamento e soluções sustentáveis. Em relação ao projeto "Seixal Criativo", expressou insatisfação com a forma como a Câmara tem lidado com ele. Mencionou que o projeto foi criticado por ter sido constituída uma associação apenas uma semana antes do





lançamento, e questiona a forma como a gestão tem sido conduzida. Alega que suas sugestões e propostas para o projeto foram ignoradas, e que o Presidente tem uma postura de não aceitar contribuições externas, o que considera uma falta de colaboração. Por fim, faz uma crítica à forma como a Câmara tem tratado os projetos de forma seletiva, excluindo a oposição de momentos importantes, como inaugurações ou cerimónias. Afirma que a oposição deveria ser mais respeitada e envolvida, e que a postura do Presidente tem sido excessivamente crítica e focada em atacar, em vez de se concentrar em construir e melhorar o trabalho já em andamento. Também questionou a imparcialidade do envolvimento de algumas pessoas nas candidaturas e sugere que o Presidente deveria manter a imparcialidade, sem envolver associações e figuras públicas na sua candidatura. Fez uma crítica construtiva sobre os métodos e atitudes do Presidente, com ênfase na necessidade de colaboração, mais transparência e um planeamento mais eficaz para os projetos e políticas da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal, fez uma defesa enérgica da atuação da Câmara face às críticas da oposição, destacando a importância das políticas públicas implementadas e a visão estratégica para o desenvolvimento do concelho. Iniciou o discurso mencionando um reconhecimento do anterior Presidente do Novo Banco, que afirmou que a Câmara Municipal do Seixal foi a única a exercer efetivamente o direito de preferência na aquisição de imóveis, uma medida considerada de grande importância para proteger os interesses da população e evitar a compra de imóveis por especuladores. Frisou que essa atitude foi um marco da sua administração, com um impacto positivo na proteção social das famílias e na preservação de direitos fundamentais, conforme estabelecido pela lei. A seguir, criticou a oposição, lembrando que muitas das infraestruturas em falta no concelho, como o hospital, são responsabilidade do poder central. Enfatizou que, apesar da falta de recursos por parte do Estado, a Câmara tem tomado iniciativas para melhorar as condições de vida da população. Referiu ainda que, no caso do hospital, foi assinado um acordo estratégico com o governo, mas que a falta de ação por parte do Estado tem retardado os avanços necessários. Salientou que a responsabilidade pela falha em áreas como a saúde e a educação é do governo central e do Partido Socialista, que tem governado o país, e não da Câmara Municipal. Também criticou a posição do Partido Socialista, que tem governado o país, e afirmou que o PSD, embora na oposição, tem frequentemente aprovado documentos do PS na Assembleia da República. Disse que, o apoio do PSD ao governo socialista foi mais constante que o apoio do PCP, o que para ele é uma evidência de que a oposição não tem sido eficaz na defesa das necessidades do concelho e da população. Afirmou ainda que seria interessante fazer um estudo para verificar quantas vezes cada partido se posicionou ao lado do governo do Partido Socialista. O maior foco do discurso recaiu, contudo, sobre a capacidade de resposta e a gestão eficiente da Câmara Municipal. Destacou a rapidez com que a Câmara respondeu aos danos causados pela tempestade Martinho, reabilitando duas escolas para garantir que os alunos pudessem regressar às aulas logo após as férias da Páscoa. Este feito foi apontado como uma demonstração clara da capacidade de gestão e da visão estratégica da Câmara, capaz de responder rapidamente a situações adversas e de garantir que os problemas da população sejam resolvidos de forma eficaz. Em relação ao projeto "Seixal Criativo", defende-o, sublinhando que este é um projeto de grande importância para o desenvolvimento cultural e económico do concelho. Criticou fortemente a oposição por ter votado contra o projeto, alegando que, em vez de reconhecerem os méritos do projeto, focaram-se em questões secundárias, como o facto de a associação que o coordenava ter sido constituída pouco antes da apresentação pública do projeto. Salientou que o objetivo do Seixal Criativo sempre foi promover a inovação, a cultura e o desenvolvimento económico, e que a escolha dos parceiros envolvidos, como os Professores António Câmara e Edmundo Nobre, foi acertada, dada a experiência e o reconhecimento nacional e internacional desses profissionais. Também sublinhou que o Seixal Criativo tem atraído empresas de renome, interessadas em investir e desenvolver projetos inovadores no concelho, o que contribuirá para a qualificação profissional da população e para a criação de empregos de excelência. Considerou que este tipo de projeto é um exemplo claro da visão de futuro da Câmara e do seu compromisso com o progresso e a modernização do concelho. Julga que, o Seixal Criativo será um motor de desenvolvimento económico e de inovação, colocando o





concelho numa posição privilegiada para o futuro. No entanto, criticou a postura da oposição, afirmando que, quando o projeto foi apresentado, ela não reconheceu a sua importância, votando contra. Mas agora, com o projeto a avançar e a mostrar resultados positivos, a oposição começa a reconhecer a sua excelência. Acusou a oposição de, frequentemente, rejeitar boas propostas da Câmara e, depois, admitir que estavam errados ao se oporem. Destacou ainda que este comportamento demonstra uma falta de visão estratégica e de compromisso com o desenvolvimento do concelho. Além disso, criticou a oposição por ter uma visão retrógrada, que não entende as necessidades de desenvolvimento do Seixal. Julga que a Câmara tem uma visão clara para o futuro e tem tomado as ações necessárias para assegurar o progresso do município, com projetos voltados para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população. Concluiu o discurso apelando à população, lembrando que as decisões da Câmara têm sempre em vista o bemestar coletivo e que a maioria dos cidadãos reconhece o trabalho da Câmara. Afirmou que, nas próximas eleições autárquicas, será importante para a população refletir sobre quem realmente tem a visão estratégica e as capacidades para conduzir o concelho rumo ao futuro. No final, reiterou a confiança na administração da Câmara e no trabalho realizado, destacando o compromisso do coletivo em promover o desenvolvimento do Seixal. Agradeceu o apoio da população e fez um apelo para que todos reconhecessem os méritos das políticas implementadas e a seriedade das opções tomadas pela Câmara Municipal. Em tom otimista, terminou a sua intervenção, confiante de que as próximas eleições confirmariam o sucesso do seu projeto para o concelho.

O Senhor Vereador Bruno Vasconcelos, fez uma intervenção breve, mas com pontos importantes a destacar, começando pela questão da candidatura do Seixal à Cidade Europeia do Desporto, mencionando a necessidade de o Senhor Presidente explicar o valor do Multimunicipal em 2024.sublinhou que, para sustentar um governo, é essencial um orçamento, e foi nesse contexto que fez uma crítica ao Partido Socialista. Segundo o mesmo, o Partido Socialista aprovou algumas medidas e documentos, mas quando se trata do orçamento, que é o documento estratégico mais importante, o PS não está de acordo com as opções e as ações políticas propostas pela Câmara Municipal. Assim, apontou que, enquanto o PS aprova algumas ações de forma formal, na prática, não há alinhamento com as suas propostas orçamentárias. Também fez uma crítica à forma como a política do Partido Socialista, sob a liderança do primeiro-ministro António Costa, é conduzida, afirmando que a maneira como os representantes do PS tentam direcionar a política pública nem sempre é eficaz. Salientou que os discursos políticos muitas vezes tentam passar uma imagem de força para o exterior, mas acabam por esconder as divergências mais profundas nas questões orçamentárias e nas ações de governo. Quanto ao projeto "Seixal Criativo", fez uma última observação relevante. No dia em que a proposta foi discutida e votada, a principal crítica feita pelos eleitos do Partido Socialista foi a falta de explicações claras sobre a criação da associação envolvida no projeto. Segundo o mesmo, o Presidente da Câmara na época não conseguiu esclarecer de forma satisfatória as questões que foram levantadas pelos vereadores do PS, o que o levou a reconsiderar seu voto. Admitiu que estava inicialmente inclinado a votar a favor do projeto, mas a falta de uma explicação clara sobre a associação envolvida levou-o a mudar de posição. Afirmou ainda que a postura do Presidente foi insuficiente, já que, apesar das várias tentativas de questionamento sobre a criação da associação e o envolvimento dos parceiros, as respostas dadas não foram suficientemente claras ou detalhadas. Julga que isso demonstrou uma falta de transparência no processo, que acabou por influenciar a sua decisão final de votar contra. Reforçou a necessidade de uma comunicação mais eficaz e de maior clareza nas questões que envolvem projetos importantes para o município. Por fim, concluiu a sua intervenção destacando que, apesar de todas as críticas feitas ao projeto "Seixal Criativo" por parte do Partido Socialista, é fundamental que as questões sejam abordadas de forma justa e que a verdade seja apresentada em relação à falta de clareza no processo de votação. Finalizou sua fala agradecendo e mencionando que, caso houvesse sido dada uma explicação mais satisfatória, seu voto teria sido favorável, mas a falta de uma resposta apropriada impediu essa ação.





O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por corrigir um equívoco em relação à proposta do Seixal Criativo, esclarecendo que foi durante o seu mandato como Presidente da Câmara Municipal do Seixal que o projeto foi realmente proposto. Este esclarecimento visava demonstrar que a oposição estava errada ao afirmar que o projeto não tinha sido uma iniciativa da sua administração. Em seguida, voltou a abordar a questão das aprovações e o apoio ao governo, destacando que o verdadeiro apoio ao governo se reflete na aprovação das propostas apresentadas. Considera que não se tratava apenas de aprovar ou rejeitar documentos pontuais, mas sim de perceber o apoio às políticas globais que o governo implementa. Enfatizou que as políticas são construídas pela globalidade, e que a forma de medir o apoio de um partido ao governo é observando a frequência com que aprova as propostas do Partido Socialista. Referiu ainda que havia registos claros das propostas aprovadas e que, se fosse necessário, os dados poderiam ser consultados para ver quantas vezes o Partido Socialista teve o apoio do outro partido na Assembleia da República. Finalmente, mencionou o boletim municipal da Câmara Municipal do Seixal, sugerindo que deveria ser mais divulgado e questionando a relevância de certos pontos em debate.

Declaração de voto do PSD

O Senhor Vereador Bruno Vasconcelos, apresentou a Declaração de voto, dizendo que "A nossa análise ao Relatório de Contas de 2024 é, assumidamente, uma análise política. Porque quando se decide o destino dos recursos públicos e as prioridades de um município, não se está apenas a fazer contas - está-se a fazer escolhas. E a principal escolha política deste executivo comunista, tem sido a de bloquear a oposição: recusando apoio técnico, ignorando propostas (mesmo quando aprovadas em Assembleia Municipal), e apropriando-se das ideias da oposição sem lhes dar o devido crédito. Assim, o Partido Social Democrata vota contra este Relatório de Contas. Em quatro anos, a CMS acumulou mais de 10 milhões de euros em défice, com receitas a crescer apenas 3% e a despesa 5%, revelando um desequilíbrio orçamental grave e continuado. Mais ainda, os compromissos assumidos para anos futuros atingem os 44 milhões de euros - um fardo deixado irresponsavelmente aos próximos mandatos. O executivo continua a distribuir centenas de milhares de euros ao movimento associativo através de múltiplas tranches, contornando a fiscalização do Tribunal de Contas. Esta prática revela a ausência de uma política desportiva coerente e evidencia antes uma lógica de assistencialismo político. Promessas por cumprir? São muitas, e já conhecidas dos munícipes: Estádios da Medideira, Vale Milhaços e Paio Pires, Piscinas Municipais de Pinhal dos Frades, Centros Culturais de Corroios e Fernão Ferro, Requalificação da Quinta da Fidalga e Quinta da Trindade, Cinema São Vicente, Beneficiação e manutenção de instalações, Criação de uma Oficina de Arte Urbana, Programa de Habitação Jovem, Parque Natural de Arrentela, Projeto de bicicletas partilhadas e mobilidade suave, Rotunda na EN10 - Casal do Marco, Soluções de estacionamento no Núcleo Histórico, Infraestruturas em Morgados II, Crematório Municipal, Pólo Náutico-Turístico da Ponta dos Corvos, Pavilhões para micro e pequenas empresas, Mercados Modernos, Pontos de carregamento de veículos elétricos, Novo edifício do CROACS, Alternativa à N10 entre Corroios e Amora e Velódromo em Paio Pires. Enquanto isto, a realidade no terreno permanece: caos na mobilidade, canalizações com ruturas, zonas com água imprópria, ruas por asfaltar, casas sem saneamento. Um concelho de festas, mas com problemas estruturais por resolver. E tudo isto sustentado por uma máquina de propaganda cada vez mais visível e onerosa, boletins municipais de custo desconhecido e deliberadamente omitido, avenças a autarcas derrotados deste e de outros concelhos, outdoors, agências de comunicação e publicidade paga nas redes sociais. A obsessão com a imagem revela um executivo em desespero, mais preocupado em parecer do que em fazer. O Seixal merece muito mais do que propaganda e desequilíbrio financeiro. Merece rigor, competência, verdade e futuro. Porque não há almoços grátis - e o povo do Seixal já anda a pagar caro demais por esta gestão.

Declaração de voto dos vereadores do PS:

O Senhor Vereador Eduardo Rodrigues, apresentou a declaração de voto do PS, dizendo "Estamos perante, de mais um relatório de atividades e contas, em que a gestão comunista, revela-se por baixos rácios de investimento municipal, sempre na expetativa de apoios estatais ou comunitários



para cumprir rácios de investimento mínimo em matérias de equipamentos públicos. Trata-se de um documento travestido de obras inauguradas, geridas e dinamizadas pelo movimento associativo, substituindo-se à administração local. Outro paradoxo, é forma como a Câmara se relaciona com as juntas de freguesia, vendendo a ideia que valoriza a sua ação no terreno incitando a reposição das duas freguesias extintas, contudo mostra-se incapaz de delegar as funções básicas e/ou aumentar as competências, evidencia bem comprovada pelo parco financiamento transferido para as freguesias. É frustrante ver promessas que poderiam transformar vidas ficarem apenas no papel. Talvez seja hora de repensar estratégias e buscar formas de garantir que os compromissos assumidos sejam realmente cumpridos. Reforçamos, este documento reflete uma gestão pública ultrapassada em ponto morto há mais de 50 anos. Em suma, este não é o nosso modelo de gestão. Os Vereadores do Partido Socialista não se reveem neste modelo de gestão autárquica, é um modelo baseado na manipulação e dos intentos eleitoralistas e que não serve os reais interesses do município e das aspirações dos cidadãos.

O Presidente deu por encerrados os trabalhos pelas 17 horas e 42 minutos do dia 16 de abril de 2025.

Nos termos do art.º 5.º do Dec.-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963 (com a redação atualizada pelo Dec.-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto, e de acordo com uma interpretação extensiva), os documentos mencionados são arquivados, ora em pasta anexa à presente Ata, ora no respetivo processo.

Sempre que se indicou ter sido tomada qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para o efeito do disposto do art.º 57.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, vigorando com as alterações da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro.

O Presidente da Câmara Municipal

Paulo Alexandre da Conceição Silva.

A Secretária

Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim

Elaboração da Ata: Secretário da Câmara Municipal

Magda Isabel da Fonseca Bastos Sargento Galandim

Apoio Administrativo Lídia Maria Andrade Rodrigues Carla Maria Ribeiro Dias





Câmara Municipal do Seixal

ÍNDICE

TERMO DE ABERTURA	- 01
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	- 01
PRESIDÊNCIA	
TERMO DE ENCERRAMENTO	

.../...